



Suspensão de projeto pelo STF recebe apoio de dez senadores

Grupo se reuniu com ministro para defender liminar sobre restrição do acesso de novos partidos a rádio e TV, mas decisão recebeu críticas em discursos no Plenário

Em reunião no Supremo, senadores levaram ao ministro Gilmar Mendes apoio à liminar que suspendeu tramitação da proposta que quer restringir o acesso de novos partidos a rádio, TV e ao Fundo Partidário. Mendes disse que não

sabe quando a Corte vai decidir definitivamente a questão, mas parlamentares já anunciaram esforço para derrubar a proposta em Plenário. Por outro lado, a liminar de Mendes foi criticada em pronunciamentos de Jorge Viana e Humberto Costa. **2**

Senadores informam a Gilmar Mendes (C) serem também contrários à proposta de emenda à Constituição que dá ao Congresso o poder de revisar decisões do STF



Lia de Paula/Agência Senado

Agriculturasp



Benefício para agricultor comprar maquinário

De acordo com proposta que agora deverá ser enviada para a Câmara, agricultores familiares ficarão isentos do Imposto sobre

Produtos Industrializados (IPI) ao adquirir tratores e máquinas agrícolas fabricados no Brasil ou nos demais países do Mercosul. **4**

Trabalhador na colheita de aveia: projeto que o Senado deverá remeter para a Câmara prevê isenção de imposto para agricultor familiar

Salário pago a doméstica pode gerar dedução no IR **3**

Senadores lembram 1º de Maio e avanços no trabalho **3**

Vai ao Plenário proposta que dá isenção de imposto a circo

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a proposta do senador Alvaro Dias que isenta

a atividade circense do pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). **7**

Divulgação



Apresentação do Circo Tihany: projeto aprovado incentiva atividade circense

Comitê busca eficiência na gestão

Começou a funcionar na terça-feira o Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado. O colegiado, presidido pelo primeiro-secretário,

Flexa Ribeiro, terá o objetivo de aumentar a transparência e a eficiência na gestão, guiado pelo planejamento estratégico estabelecido para os próximos anos. **6**



Renan Calheiros (C) estabeleceu redução de custos como prioridade e avaliará mensalmente os resultados com o comitê

DEM obstrui leitura de relatório sobre novo ICMS **5**

Avança texto que cria pontos de apoio em rodovias **5**

Comissões aprovaram 113 propostas em abril **6**

Jonas Pereira/Agência Senado

Grupo defende suspensão de proposta que restringe acesso de novos partidos a rádio, TV e ao Fundo Partidário. “É o Supremo colocando o Congresso nos eixos”, diz Taques



Gilmar Mendes (4º à esq.) diz a senadores em seu gabinete que não sabe quando a decisão será julgada pelo Plenário da Corte

Senadores apoiam liminar do STF que suspende projeto

UM GRUPO DE dez senadores esteve no Supremo Tribunal Federal (STF) terça-feira para apoiar decisão liminar do ministro Gilmar Mendes que suspende a tramitação do projeto de lei que restringe o acesso de novos partidos ao tempo de rádio e TV no horário eleitoral e também aos recursos do Fundo Partidário (PLC 14/2013). A decisão atendeu mandado de segurança de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). — É o Supremo colocando o Congresso nos eixos. Não existe intromissão — afirmou Pedro Taques (PDT-MT), acrescentando que não houve tempo hábil para os parlamentares debaterem o projeto com profundidade.

Além de Rollemberg e Taques, participaram da reunião Ana Amélia (PP-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ruben Figueiró (PSDB-MS). Eles

também se disseram contrários à proposta de emenda à Constituição que dá ao Congresso o poder de revisar decisões do STF sobre constitucionalidade e edição de súmulas vinculantes (PEC 33/2011).

Caso o STF mantenha a tramitação, haverá um esforço para que o Plenário do Senado derrube o projeto, disseram Rollemberg e Randolfe, que classificou a proposta de casuística e constrangedora. — A liminar acudiu a democracia. Somos contrários à ação retaliatória contra o Judiciário — afirmou Randolfe.

Urgência

Alvaro também chamou o PLC 14/2013 de casuístico, alegando que favorece, nas eleições do próximo ano, a coligação partidária que se encontra no poder. — Preferimos que impasses do Legislativo sejam resolvidos no Parlamento, mas havia urgência — disse o senador.

Em relação à PEC 33/2011, Alvaro classificou a proposta

de “provocação estapafúrdia, sem sentido e fora de hora”.

Segundo Ana Amélia, o grupo disse a Gilmar Mendes que está vigilante contra “qualquer tentativa de cerceamento das liberdades”, sejam individuais, dos partidos políticos, do Judiciário ou do Ministério Público.

Na opinião de Rollemberg, as restrições a novos partidos — como a Rede Sustentabilidade, da ex-ministra Marina Silva, e a Mobilização Democrática, do deputado Roberto Freire — criariam uma diferenciação entre “legendas de primeira categoria e de segunda categoria”. Ele afirmou que o STF, por ser guardião da Constituição, tem a última palavra em temas constitucionais. Segundo o senador, Mendes não soube dizer quando o mandado de segurança será julgado no Plenário do STF.

— O artigo 17 da Constituição define a liberdade da organização partidária. Essa proposta dificulta a criação de partidos — afirmou.

Câmara responde ao Supremo sobre PEC

A Câmara respondeu ontem ao pedido de informações feito pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli sobre a proposta de emenda à Constituição que submete algumas decisões do STF ao Congresso (PEC 33/11).

O texto teve a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara na semana passada. A Comissão Diretora recebeu na segunda-feira o pedido de informações.

A resposta se limita a descrever a tramitação completa da proposta, da apresentação à

aprovação de admissibilidade. Toffoli decidirá sobre o pedido do líder do PSDB na Câmara, deputado Carlos Sampaio (SP), para suspender a tramitação da PEC. Sampaio argumenta que a proposta viola a autonomia dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, alterando cláusulas pétreas da Constituição.

A aprovação da admissibilidade é o primeiro estágio da discussão de uma PEC, que ainda precisa passar por uma comissão especial e pelo Plenário da Câmara, antes de ir para o Senado. Ainda assim,

a votação causou polêmica entre deputados e magistrados. Diante disso, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, já tinha decidido suspender a criação da comissão especial “enquanto não houver definição clara sobre o assunto”.

A PEC submete ao exame do Congresso as súmulas vinculantes e declarações de inconstitucionalidade de emendas constitucionais feitas pelo Supremo. Caso o Congresso se posicione contra a decisão da Corte, a questão deve ser submetida a consulta popular. (Da Agência Câmara)

Jorge Viana rebate acusação de casuismo eleitoral pelo PT

Jorge Viana (PT-AC) defendeu o PT das acusações de que o partido teria patrocinado um projeto casuista no caso do PLC 14/2013, que restringe o acesso de novos partidos ao tempo de propaganda eleitoral e ao Fundo Partidário, cuja tramitação foi suspensa por liminar do STF. Ele disse ser contra o projeto, mas considerou que a discussão estava sendo feita de maneira legítima. Viana disse que a imprensa não deu o mesmo tratamento ao governo Fernando Henrique, que praticou “flagrante casuismo eleitoral” ao patrocinar a emenda da reeleição.

— Em 1993, a Câmara aprovou mudança que impediu imagens externas no programa eleitoral. Na época, não era casuismo porque era contra o Lula — disse.

Em apertes, Roberto Requião (PMDB-PR) e Cristovam Buarque (PDT-DF) também criticaram a liminar concedida pelo STF.



Para Viana, projeto estava sendo discutido de maneira legítima

Humberto classifica decisão de “grave intromissão do Judiciário”

Humberto Costa (PT-PE) classificou de “grave intromissão do Judiciário no Legislativo, ferindo de morte o princípio da separação e harmonia entre os Poderes”, a liminar do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, que suspende a tramitação do PLC 14/2013 (que impede deputados de levar tempo de rádio e TV e recurso do Fundo Partidário para um novo partido).

A liminar barra a tramitação da matéria até que o mandado de segurança impetrado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) seja examinado pelo Pleno do STF.

— A materialidade da competência de cada Poder não é elemento de deliberação de qualquer outro. O que significa dizer que, mesmo que o Legislativo discorde de uma decisão judicial, uma vez tomada dentro dos parâmetros legais e constitucionais, não tem poder nem deve querer modificá-la.



Humberto Costa: STF não tem poder para mudar decisão do Congresso

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

14h Sem votação de matérias, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares e comunicados da Mesa. O primeiro orador inscrito é o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

PRESIDÊNCIA 70 anos da CLT

17h O senador Renan Calheiros participa de comemoração dos 70 anos da CLT, no Tribunal Superior do Trabalho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 14h, a **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

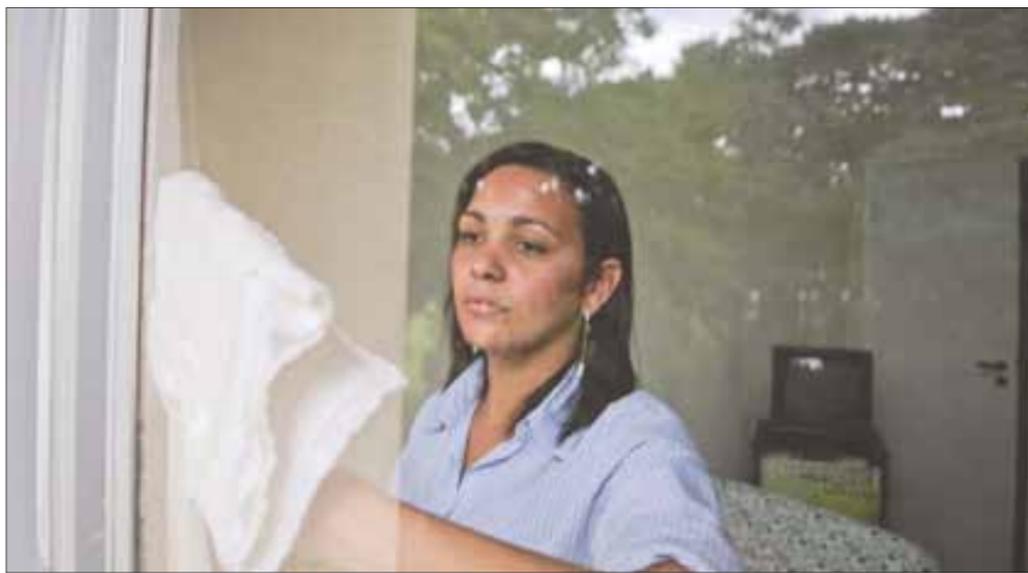
Projeto apresentado em 2011 será discutido na Comissão de Constituição e Justiça em razão da extensão de direitos trabalhistas recém-aprovada pelo Congresso

Incentivo fiscal a empregador doméstico terá debate ampliado

O PROJETO QUE permite ao contribuinte deduzir os salários pagos a empregado doméstico da base de cálculo do Imposto de Renda (PLS 270/2011) vai passar também pelo exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Apresentado em 2011 por Roberto Requião (PMDB-PR), o texto seria submetido à análise apenas das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), mas o Plenário do Senado aprovou na terça-feira requerimento

para a ampliação do debate. O PLS 270/2011 permite o desconto do valor pago a um único empregado doméstico, com limite de três salários mínimos por mês, desde que comprovada a regularidade das anotações na carteira de trabalho e das contribuições previdenciárias.

Com a promulgação da Emenda Constitucional 72/2013, que estende aos trabalhadores domésticos os direitos assegurados aos demais trabalhadores, Requião pediu a rápida votação



Proposta de dedução de salário de doméstica no IR quer reduzir custos trabalhistas e aumentar a formalização do emprego

da matéria. O PLS 270/2011 aguarda relatório na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Para Requião, a dedução, ao reduzir o custo do empregado doméstico, poderá ampliar a formalização no setor.

Com a pauta trancada pela Medida Provisória (MP) 602/2012, o Plenário votou

apenas requerimentos na terça-feira.

Além da mudança na tramitação do PLS 270/2011, foi aprovado, entre outros itens, requerimento para que seja analisado pela CAE o PLC 42/2010, que proíbe a transferência ao usuário do custo de instalação de medidores

de consumo de água e energia.

Também foi aprovada a análise pela CCJ do PLS 275/2012, de autoria de Pedro Taques (PDT-MT), que exige maior transparência na divulgação de informações a respeito do controle e da propriedade de concessões de rádio e televisão.

Emenda das Domésticas gerou confusão, diz Ruben Figueiró

Ao discursar em Plenário na terça-feira, Ruben Figueiró (PSDB-MS) relatou que tem sido questionado sobre a Emenda das Domésticas, constatando que a sociedade está “confusa e desinformada” a respeito da nova regra. Na avaliação do parlamentar, a maior parte das dúvidas está relacionada à validade da emenda e ao que ainda precisa ser regulamentado pelo Congresso.

Para o senador, a “afoiteza” da imprensa para oferecer informações detalhadas sobre o assunto pode ser uma das causas dos desentendimentos.

— Ninguém sabe ao certo se está agindo em obediência à lei — assinalou.



Pedro Franco/Agência Senado

Figueiró apelou à sociedade para que fique atenta e busque informações corretas, “sem se precipitar sobre algo que ainda está no campo das teses e discussões”. Ele lembra que muitos artigos da emenda ainda precisam ser regulamentados.

— Os oportunistas dão conselhos e cobram, às vezes, fortunas daqueles que pensam que a emenda já se encontra em pleno vigor — alertou.

Ao reiterar a preocupação, o senador disse que os empregados temem ser dispensados, inclusive porque já haveria demissões acontecendo com a aprovação da lei, pois muitos empregadores receiam não ter como cumprir as novas regras.

Senador defende guia única para Fundo de Garantia e previdência

Ruben Figueiró apresentou projeto de lei que cria a Guia Única do Trabalho Doméstico, por meio da qual seriam recolhidas tanto a contribuição previdenciária como a do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), informou o parlamentar na terça-feira, em Plenário.

As alíquotas da contribuição previdenciária seriam de 5% para o empregado e 5% para o empregador. Já a alíquota do FGTS seria de 1% sobre o salário do empregado.

A proposta fixa uma alíquota de 1%, a cargo do empregador, para a contribuição social destinada ao financiamento da aposentadoria especial prevista no artigo 57 da Lei 8.213/1991 e de outros benefícios “concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente

dos riscos ambientais do trabalho”.

Na justificativa da proposta, o senador afirma que a iniciativa visa simplificar e reduzir os custos do contrato de trabalho doméstico. Ele argumenta que, “a despeito da justa e adequada extensão dos direitos dos empregados domésticos, temos de levar em conta também as necessidades dos empregadores domésticos”.

Uma guia única, destaca Figueiró, facilitaria o trabalho de recolhimento para o empregador, que, em geral, é uma única pessoa ou uma unidade familiar e “não possui conhecimento jurídico adequado para a prática das rotinas administrativas”.

O projeto (PLS 151/2013) foi apresentado na segunda-feira e começou a tramitar na Comissão de Assuntos Sociais.

Mozarildo exalta avanços trabalhistas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou os trabalhadores brasileiros, em especial os do estado de Roraima, pelo Dia do Trabalho (1º de maio). O parlamentar comentou que o Brasil, quando comparado a outros países, teve muitos avanços na atenção aos trabalhadores.

Um marco do trabalho brasileiro, na opinião de Mozarildo, foi a maior segurança jurídica garantida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), elaborada no governo de Getúlio Vargas, e a criação do Ministério do Trabalho.

— É importante ainda que possamos ver as condições de trabalho, as dificuldades que enfrentam os trabalhadores para, às vezes, chegar ao local do trabalho — afirmou.

Mozarildo registrou o Dia Nacional da Mulher, comemorado em 30 de abril. A data homenageia Jerônima Mesquita, fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922.



Pedro Franco/Agência Senado

Ferraço destaca dados do mercado de trabalho

O Dia Internacional do Trabalho foi saudado em Plenário na terça-feira por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), para quem o país tem muito o que comemorar. O senador citou dados positivos do mercado de trabalho brasileiro, mas também defendeu uma reforma trabalhista que atualize a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ferraço comparou a situação do Brasil com a de países como a Espanha, com desemprego superior a 25% da população economicamente ativa. O Brasil, salientou, tem hoje uma das taxas de desemprego mais baixas da história: 5,5% em 2012.

O senador também citou pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontando que, na média, a correção salarial superou em quase 2% a inflação.

Ferraço reconheceu que nem todos os dados são positivos. Segundo ele, o trabalho infantil e o trabalho escravo ainda são motivos de vergonha para o país. O senador mencionou também a desigualdade racial e de gênero no mercado.

Anibal comemora criação de emprego formal

Em pronunciamento na terça-feira, Anibal Diniz (PT-AC) saudou os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e disse que ela constitui um grande avanço nas relações entre patrões e empregados, além de ter transformado o mercado de trabalho.

Com a CLT, os trabalhadores brasileiros passaram a ter direito a grandes conquistas, entre elas a jornada diária de oito horas, férias de um mês por ano, repouso semanal remunerado, salário mínimo, aposentadoria, previdência e direito de greve, enumerou Anibal.

O senador observou ainda que os 70 anos da CLT são comemorados quando o mercado de trabalho nacional passa por um dos melhores momentos da história. De acordo com o IBGE, entre março de 2012 e março de 2013, foram criados no Brasil 309 mil postos de trabalho com carteira assinada, o que mostra uma situação positiva do país em relação ao emprego, disse.



Moneira Mariz/Agência Senado

Projeto de Ana Rita foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Máquinas devem ser fabricadas no Brasil ou em outro país do Mercosul

Equipamentos para agricultura familiar podem ser isentos de IPI

OS AGRICULTORES FAMILIARES e empreendedores familiares rurais poderão ter isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos, de fabricação nacional ou fabricados em países integrantes do Mercosul. Os itens devem ser exclusivamente utilizados na agricultura familiar camponesa brasileira. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o PLS 395/2011, que concede o benefício à categoria.

A compra com o benefício da isenção só pode ser feita uma vez ao ano, ou, excepcionalmente, nos casos de destruição completa do bem ou de desaparecimento por furto ou roubo.

Uma emenda da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), aprovada na CAE, incluiu a isenção de IPI na compra de pneus novos para as máquinas, equipamentos e veículos.

Segundo a autora, senadora Ana Rita (PT-ES), o PLS 395/2011 busca reduzir as dificuldades de investimento do agricultor familiar. Na opinião do relator do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR), o Congresso e o Poder



Lindbergh Farias preside reunião da CAE em que a proposta foi aprovada em votação final

Executivo têm obrigação de melhorar as condições de trabalho para o agricultor familiar.

Primeira necessidade

“É justamente esse agricultor que, com seu trabalho árduo, abastece com produtos de primeira necessidade as mesas dos cidadãos brasileiros, razão pela qual somos totalmente favoráveis à aprovação da proposição”, afirma o relatório.

Para Ana Amélia (PP-RS), a proposta é singela, mas importante.

Segundo a senadora, a área rural é muito esquecida nas desonerações de impostos.

—Essa proposta da senadora Ana Rita tem um valor social importante. Nós desoneramos automóveis, desoneramos uma série de bens para a zona urbana, esquecendo um pouco a área rural, que é tão carente desse apoio — disse.

O projeto deve seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Dilma sanciona política para floresta e agronegócio

Em seis meses, entrará em vigor a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, instituída pela Lei 12.805/2013, com objetivo de incentivar a produtividade rural e estimular a educação e a preservação ambiental. A lei foi sancionada na segunda-feira pela presidente Dilma Rousseff.

A política nasceu de uma proposta de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Entre os incentivos previstos, estão a prioridade na obtenção de empréstimos e de benefícios associados a programas de infraestrutura rural. A política visa incentivar, por exemplo, a produtividade em áreas já desmatadas, por meio da aplicação de sistemas que integrem cultivos agrícolas com criação de animais e exploração de espécies florestais, como alternativa a monoculturas tradicionais.



Rollemberg, autor do projeto original



Romero Jucá, relator de projeto sobre agricultura

Para Jucá, projeto aprovado também combate inflação

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou a aprovação de projeto que concede isenções para a compra de equipamentos para a agricultura familiar.

O PLS 395/2011, relatado por ele, foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e deverá ir para a Câmara dos Deputados.

— Nós estamos, dessa forma, incentivando a agricultura familiar, criando condições de produtividade e melhores condições de efetivamente colocar o produto agrícola na mesa do consumidor brasileiro — disse o senador.

Para Jucá, a oferta de mais produtos da agricultura familiar contribui para diminuir a inflação. O projeto, segundo ele, também incentiva a indústria brasileira de tratores, motores e caminhões.

— A maioria dos produtores do nosso país é de agricultores familiares. E eu fico muito feliz, fico realmente com uma satisfação muito grande por ter relatado e aprovado esse projeto, que ajuda a melhorar a produção agrícola no Brasil — acrescentou.

“Camponeses precisam de apoio”, afirma Ana Rita

Anteontem, véspera do Dia do Trabalho, Ana Rita (PT-ES) comemorou em Plenário a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto que beneficia agricultores familiares com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de máquinas e equipamentos agrícolas.

— Acredito muito que a sua implementação vai beneficiar com certeza os agricultores familiares, os camponeses, que tanto precisam de incentivo e de apoio por parte do poder público — disse.

Ana Rita também saudou todos os trabalhadores brasileiros e informou que participaria ontem da mobilização das centrais sindicais no seu estado, Espírito Santo.

A senadora se declarou solidária às “lutas históricas” dos movimentos sindicais, como redução da jornada para 48 horas semanais sem redução de salário, o fim do fator previdenciário, 10% do PIB aplicados na educação, reforma agrária e política agrícola, entre outras.



Ana Rita apoia texto que beneficia agricultor



Eunício: seca tem provocado desastre humano

Eunício quer anistia para dívidas de produtor nordestino

A anistia total das dívidas dos micros, pequenos e médios produtores rurais do Nordeste foi defendida por Eunício Oliveira (PMDB-CE). O senador disse que, se as dívidas continuarem sendo executadas como estão, o sertão nordestino se transformará num “aglomerado de terras dos bancos”. Eunício afirmou que o Ceará e o semiárido nordestino enfrentam uma das maiores estiagens dos últimos 50 anos. Os agricultores temem ver as roças irem a leilão, mas não podem pagar as dívidas em decorrência dos enormes prejuízos que vêm tendo.

— Logo chegará a vez de a equipe econômica do governo abandonar a ótica tecnocrática e ver as coisas como elas são: um desastre humano de gigantescas proporções e seriíssimas repercussões sociais — alertou.

O senador ainda cobrou uma difusão mais ampla da assistência técnica na região e pediu que a votação do Projeto de Resolução 1/2013, que uniformiza as alíquotas de ICMS interestadual, seja adiada para depois das eleições de 2014.

Ferraço lembra 50 anos de cooperativa de cafeicultores do ES

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) comemorou os 50 anos da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel, localizada em São Gabriel da Palha (ES).

A Cooabriel é a maior cooperativa de produtores de café conilon do país, tendo atingido em 2011 um faturamento bruto de R\$ 256,56 milhões e perto de 3 mil associados.

De acordo com Ferraço, a entidade desempenha papel de grande relevância no fortalecimento do setor cafeicultor do norte do Espírito Santo. Sua criação, lembrou, deu-se a partir da ação do padre Simão, em São Gabriel da Palha, que idealizou a associação dos agricultores familiares da região como forma de enfrentar a forte crise que atingiu a cafeicultura do estado em 1962.

— Foi uma jornada marcada por superações e conquistas. Superando os momentos difíceis que ocorreram no passado, a Cooabriel segue em frente com sua missão de ajudar, sobretudo, agricultores de base familiar que lideram, hegemonicamente, a sua participação na nossa queridíssima Cooabriel.



Ricardo Ferraço cita aniversário da Cooabriel



José Cruz/Agência Senado

Pinheiro e Cunha (3º e 4º à esq.) argumentam a favor do relatório com Lúcia Vânia e Ronaldo Caiado

Oposição derruba leitura de relatório sobre ICMS

Sem poder ler a proposta, Walter Pinheiro alertou para o risco de não haver instrumento legal para a resolução que unifica gradualmente as alíquotas do imposto, causando prejuízo aos estados

UMA OBSTRUÇÃO DOS senadores do DEM derrubou terça-feira a leitura do relatório de Walter Pinheiro (PT-BA) sobre a medida provisória que compensa estados pela redução das alíquotas interestaduais do ICMS. Ao constatar falta de quórum, o presidente da comissão mista da MP 599/2012, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), convocou nova reunião para terça-feira.

Requerimento para retirar a proposta de pauta foi apresentado pela deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO). Pinheiro alertou para a necessidade de compatibilizar a MP com o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013, que unifica gradualmente as alíquotas. Ele advertiu para o risco de não haver um instrumento para a chegada da resolução, causando prejuízos aos estados.

— Se tem um lugar onde a gente pode corrigir distorções, melhorar a condição de cada

estado para recepcionar a unificação de alíquotas, esse lugar é num projeto de lei complementar ou na medida provisória, onde se podem escrever as condições da compensação e as condições do desenvolvimento regional.

Após a reunião, Pinheiro afirmou que o projeto de conversão da MP torna obrigatórias as transferências, impondo ao Executivo a necessidade de incluir na proposta orçamentária de cada ano os valores referentes ao cálculo das perdas dos estados.

Aumento para 50%

Outra ideia do senador é aumentar para 50% os recursos orçamentários federais no Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), instrumento que tem o objetivo de corrigir desvantagens competitivas dos estados menos desenvolvidos na atração de investimentos privados. Pela MP, os recursos são 25% do Orçamento da

União e 75% das instituições financeiras federais.

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) acusou o governo de fazer um pacto federativo às avessas, com distribuição da miséria, e disse que o prejuízo dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste é maior do que a simples perda de arrecadação do ICMS. Segundo Caiado, estados como Goiás perderão grandes investimentos em andamento. Sem discussão sobre as alternativas de sobrevivência econômica, disse o deputado, o partido vai manter a obstrução.

Cunha alertou para um “cenário de caos” se a unificação das alíquotas interestaduais for implantada sem a compensação prevista na medida provisória, que vence dia 16. Caiado respondeu que rejeitava a ameaça e assegurou que, se isso acontecer, “este será o primeiro momento em que os entes federados vão reagir no Brasil contra a União”.

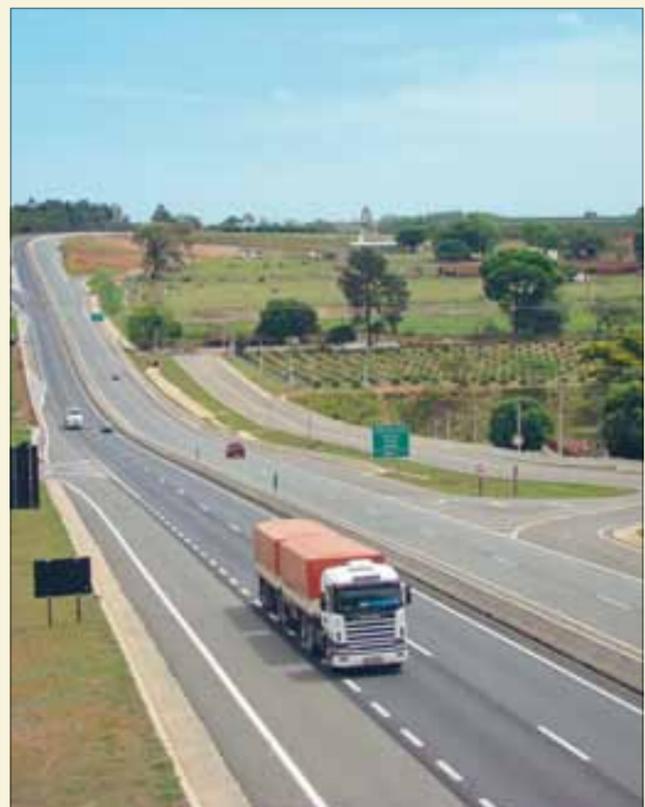
Motoristas poderão ter pontos de apoio em rodovias com pedágio

As novas concessionárias de rodovias federais poderão ser obrigadas a construir e manter pontos de apoio para motoristas. As instalações deverão ficar às margens da pista, próximas de postos de combustíveis e com intervalos de, no máximo, 150 quilômetros entre uma e outra. Projeto (PLC 48/2012) determinando as medidas foi aprovado terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue agora para votação final na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Os espaços deverão oferecer serviços que garantam o conforto e a conveniência dos motoristas, de acordo

com a regulamentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O cumprimento das medidas não deverá ser exigido nos contratos de concessão em andamento. A proposta prevê ainda prazo de 60 dias para a nova lei entrar em vigor.

O relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), apresentou emendas com o objetivo de suprimir o que julgou excesso de detalhamento dos pontos de apoio, previsto no projeto original, aprovado pela Câmara dos Deputados. A proposta já recebeu parecer favorável também da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Internovis

A proposta não atinge concessões já em vigor, como em Mogi Mirim (SP)

Ana Amélia: ICMS de 3% para Zona Franca

Ana Amélia (PPRS) defendeu alterações nas regras do ICMS para produtos de informática produzidos na Zona Franca de Manaus. A senadora apresentou emenda ao projeto que traz como regra geral a unificação gradual das alíquotas interestaduais do imposto em 4%, mas excetua os produtos vindos na Zona Franca de Manaus e de outras áreas de livre comércio da Região Norte. Para esses produtos, a alíquota seria de 12% e a emenda apresentada, explica Ana Amélia, busca reduzi-la gradualmente até 3%.

— A emenda reduz os impactos negativos relacionados à Zona Franca de Manaus, pois concede tratamento mais justo à concorrência no caso de produtos de informática, setor dinâmico e altamente dependente de inovação e tecnologia — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Casildo sugere melhoria nos gastos

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu em Plenário na terça-feira uma ampla reestruturação tributária para o país que incluía a redução da carga e a simplificação na arrecadação dos impostos. O parlamentar advertiu, no entanto, que a reforma precisa vir acompanhada de adequações no gasto público, com redirecionamento das despesas e investimentos em infraestrutura.

Casildo citou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* informando que o total de investimentos do governo federal no primeiro trimestre foi 10,7% maior do que no mesmo período do ano passado. Porém, as despesas com o custeio cresceram 15,5% nesse intervalo.

— O custeio dessa mastodôntica máquina pública acaba por drenar recursos que poderiam ser mais bem destinados — defendeu.



Pedro França/Agência Senado

Moka destaca visita de Dilma Rousseff a MS

Waldemir Moka (PMDB-MS) agradeceu à presidente Dilma Rousseff pela visita a Mato Grosso do Sul. Ele destacou a entrega de 300 ônibus escolares aos prefeitos dos 79 municípios do estado; o anúncio da licitação da ferrovia que ligará Maracaju (MS) a Cascavel (PR), possibilitando acesso das mercadorias sul-matogrossenses ao Porto de Paranaguá (PR); e a promessa de incluir no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a rodovia BR-419, que liga Rio Verde de Mato Grosso a Jardim (ambos em MS).

O senador disse que a ferrovia irá baratear o transporte dos produtos do estado, encarecidos pelo transporte rodoviário. Ele disse que a BR-419 trará novas oportunidades para os municípios de fronteira e para os jovens que neles habitam, hoje “presas muito fáceis” do contrabando e do narcotráfico.



Pedro França/Agência Senado

Taques defende mais participação popular

Em discurso no Plenário na terça, Pedro Taques (PDT-MT) defendeu uma maior participação popular no exercício da democracia. Segundo o senador, a efetiva troca de argumentos entre cidadãos e representantes e a busca de novos rumos da democracia representativa são desafios para o Parlamento.

Taques disse que tem apresentado projetos para dar ao cidadão instrumentos que fortaleçam a participação no processo legislativo. Ele destacou o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 8/2013, que limita as votações secretas de deputados e senadores.

Taques disse que o eleitor tem o direito de saber como o parlamentar está votando.

— Se o deputado ou senador destoa do pensamento de seu eleitorado, será punido nas urnas por essa falta — disse.



Pedro França/Agência Senado



Renan Calheiros (C) definiu prioridades para o Comitê de Governança Corporativa na primeira reunião de trabalho

Novo comitê do Senado prioriza redução de gastos

Órgão instalado na terça-feira terá como função explicitar o planejamento estratégico a ser seguido pelo Senado nos próximos anos. Diminuição de custos foi prioridade estabelecida pelo presidente

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, instalou na terça-feira o Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal, instituído pelo Ato 16/2011 da Primeira-Secretaria. O comitê, que é presidido pelo primeiro-secretário da Mesa, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e coordenado pela Diretoria-Geral da Casa, tem como objetivo tornar o Senado cada vez mais transparente para a sociedade, explicitando o planejamento estratégico que a administração seguirá nos próximos anos.

Após a instalação, foi realizada a primeira reunião de trabalho com Renan, que pretende fazer encontros mensais para acompanhar as ações implementadas.

— O principal desafio é dar transparência às ações, reduzir custos, sem perder a eficiência — disse Renan.

Os primeiros resultados com os cortes de despesas realizados desde a posse da nova Mesa do Senado, em fevereiro, foram apresentados pela diretora-geral, Doris Peixoto. — A nova realidade exige dos gestores a aplicação lógica da economia com criatividade — afirmou Doris.

O presidente estabeleceu algumas prioridades de trabalho ao comitê. Uma delas é a redução das despesas com passagens aéreas.

— É preciso buscar um modelo diferenciado, que aumente a capacidade de negociação do Senado com as empresas. Elas têm que oferecer ao Senado tarifas mais baixas, planos competitivos, como fazem com a iniciativa privada e com pessoas físicas. O que não podemos admitir é que o Senado pague tarifa cheia na maioria dos voos — ressaltou.

Outra preocupação do presidente é com a conta de energia elétrica. Renan solicitou ao comitê que busque parcerias com indústrias interessadas em oferecer ao Senado projetos para redução dos gastos com energia, que inclua desde troca de lâmpadas a soluções inteligentes de racionalização.

Renan solicitou também ao comitê que viabilize a implantação de um CNPJ para os senadores receberem a verba indenizatória separada das contas pessoais. De acordo com o presidente, a medida vai contribuir para a transparência.

— Com o CNPJ, a movimentação dos recursos da verba indenizatória será realizada separadamente da conta particular dos senadores. Assim, o recurso que é destinado ao exercício do mandato terá a destinação mais adequada e de forma transparente à sociedade — explicou.

Em abril, comissões tiveram 76 reuniões e 113 propostas aprovadas

Em abril, as comissões permanentes e subcomissões do Senado realizaram 76 reuniões, entre elas 36 audiências públicas para discussão de temas diversos. No acumulado de 2013, foram 143 reuniões, incluindo 54 audiências públicas.

Em comparação com março, houve um aumento na produtividade das comissões. Naquele mês, foram 55 reuniões de comissões (entre elas, 18 audiências), com 95 matérias e 96 requerimentos aprovados.

O balanço, disponível na Resenha Mensal concluída na terça pela Secretaria-Geral da

Mesa, por meio da Secretaria de Comissões, registra ainda que nas reuniões deliberativas realizadas em abril pelas comissões permanentes do Senado foram aprovadas 113 matérias diversas, 41 delas em decisão terminativa.

De fevereiro a abril, já foram votadas, no total, 208 matérias (75 em decisão terminativa), além de 182 requerimentos.

Das matérias aprovadas em abril, destacam-se a que permite a dedução, no Imposto de Renda, de despesas com o pagamento de aluguel residencial (PLS 316/2007); a que pune o policial que não

adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica (PLS 14/2010) e a que torna crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos (PLS 508/2011).

As comissões também aprovaram proposta que desonera o empregador de despesas com a educação dos empregados (PLS 515/2011); a que prevê redução no Imposto de Renda de em-

Produtividade em abril aumentou com relação a março, segundo balanço da Secretaria-Geral

presas que contratam pessoas com deficiência (PLS 391/2012) e a que propõe a titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso no magistério superior (PLS 123/2013).

Entre as audiências públicas, destacam-se a discussão da desoneração do transporte público e a instituição de incentivos ao setor; a dos conflitos agrários e impunidade no campo; a da situação dos povos indígenas; a do comércio internacional do Brasil; a da revalidação e do reconhecimento de diplomas de instituições de ensino estrangeiras; e a da cadeia produtiva do leite no Brasil. Também foi promovido um colóquio internacional sobre a Rio+20 e a biodiversidade.

Repasse de gorjetas a empregados será votado em comissão dia 14

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), apresentou relatório favorável a projeto sobre o controle e a fiscalização do repasse aos empregados da gorjeta cobrada sobre despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares. A votação na CAE está prevista para o dia 14.

O PLC 57/2010 estabelece multa para o empregador que não transferir os valores dentro dos prazos fixados. A proposta considera gorjeta

não apenas a quantia dada espontaneamente pelo cliente, mas também o valor cobrado pela empresa como serviço.

A empresa deverá lançar a gorjeta na nota fiscal e reter 20% do valor para cobrir encargos sociais e previdenciários dos empregados. O que sobrar deverá ser repassado integralmente aos trabalhadores.

O projeto institui uma comissão de empregados para acompanhar e fiscalizar a cobrança e a distribuição da gorjeta.

Composição do colegiado

- Primeiro-secretário: **senador Flexa Ribeiro**
- Diretora-geral: **Doris Peixoto**
- Secretária-geral da Mesa: **Claudia Lyra**
- Secretário especial de Comunicação Social: **Davi Emerich**
- Consultoria Legislativa: **Paulo Mohn**
- Consultor-geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle: **Orlando de Sá**
- Chefe de gabinete da Presidência do Senado Federal: **Luiz Fernando Bandeira**
- Advogado-geral do Senado: **Alberto Cascais**
- Secretário de Controle Interno: **Aires das Neves Júnior**
- Coordenador do Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica: **Robson Aurelio Neri**

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Circo pode ficar livre de imposto sobre serviço

Projeto, que foi aprovado na terça-feira pela CAE, agora será votado pelo Plenário. Alvaro Dias, autor da proposta, faz homenagem a família circense do Paraná

O PROJETO DE lei que exclui os circos da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) foi aprovado anteontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De Alvaro Dias (PSDB-PR), o PLS 120/2006 agora será votado pelo Plenário.

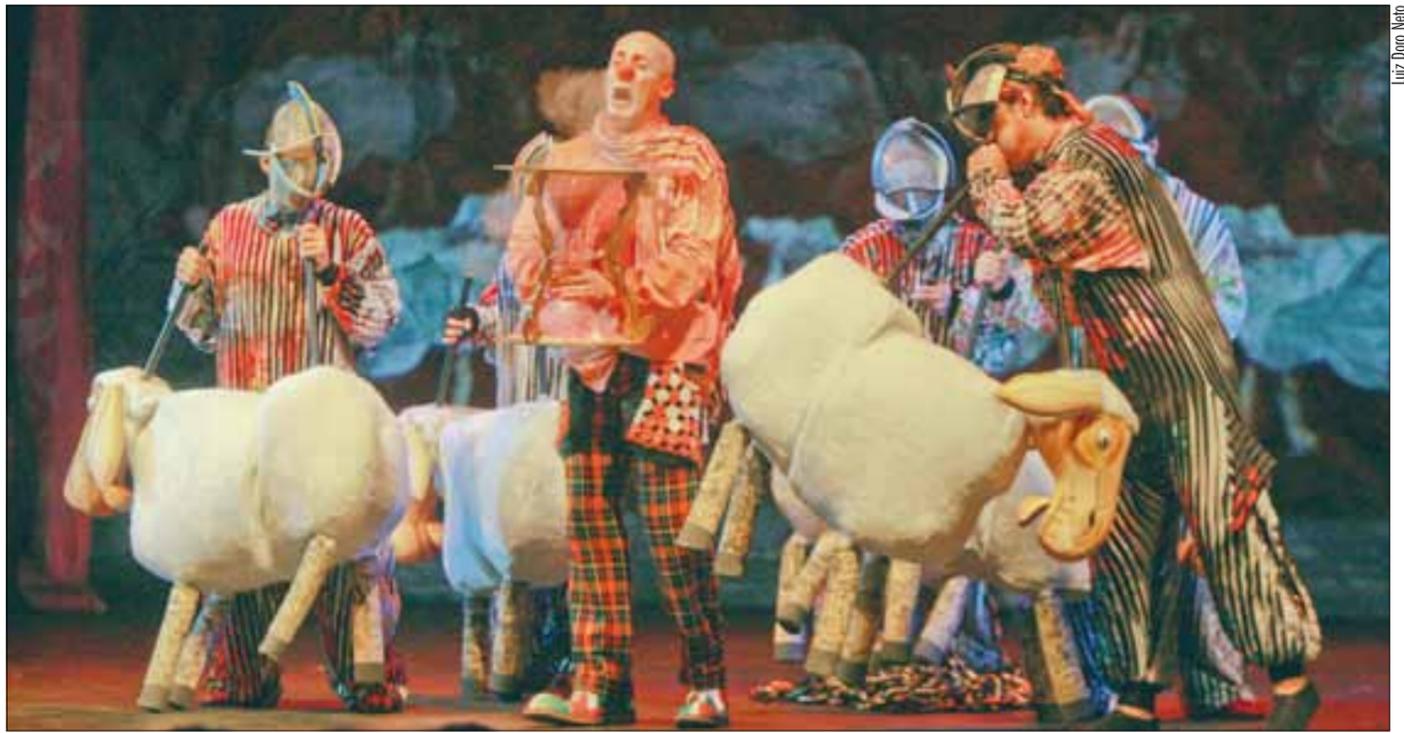
Alvaro argumenta que, desde a entrada em vigor da Lei Complementar 116/2003, que dispõe sobre o ISS e inclui os espetáculos circenses na incidência do imposto, a situação dos circos ficou mais grave.

Na defesa do projeto na CAE, Alvaro Dias homenageou a família Zanchettini, do Paraná. Segundo o senador, é uma família humilde que se dedica à arte circense e enfrenta muitas dificuldades percorrendo o Brasil com o circo.

— A família Zanchettini é um exemplo de dedicação à arte circense. Ao aprovarmos o projeto, dedico a essa família. Se eu pudesse dar um nome a esse projeto, seria Projeto Zanchettini — disse.

Luiz Henrique (PMDB-SC) elogiou o texto e destacou a importância do circo na formação de artistas:

— Nós sabemos quão dura é a vida do circo, quão pobres



Artistas participam de espetáculo do Circo Roda Brasil: relator do projeto, Gim diz que, embora alíquotas sejam relativamente baixas, isenção estimula atividade

são em geral os circos que frequentam as cidades do nosso país. E como é festiva a chegada do circo aos grotões mais esquecidos desta pátria. Por outro lado, o circo tem sido local de formação de grandes artistas nacionais — afirmou.

No relatório favorável ao texto, lido por Ana Amélia (PP-RS), Gim (PTB-DF) diz que, “embora as alíquotas do ISS

sejam relativamente baixas, a eliminação da incidência tributária, mais do que um incentivo à atividade circense, representa remoção de um grande entrave ao seu exercício, já bastante difícil por si mesmo”.

Motorista

Na mesma reunião de anteontem, a comissão aprovou um requerimento do senador

Delcídio do Amaral (PT-MS) para a promoção de uma audiência pública sobre a lei que regulamenta a profissão de motorista (Lei 12.619/2012).

O debate será feito em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e ainda não tem data marcada.

Entre os convidados para a audiência, estão o diretor-geral em exercício da Agência

Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Bastos; o procurador do Ministério Público do Trabalho Adélio Justino Lucas; a diretora-geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Maria Alice Souza; e o presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC), Newton Jerônimo Rodrigues.

Cristovam propõe socializar conhecimento



Cristovam Buarque (PDT-DF) saudou terça-feira o Dia do Trabalho, 1º de maio, e defendeu a socialização do conhecimento para garantir a todos acesso à educação.

Para ele, o Dia do Trabalho tem de voltar a ser dia de luta, e não só de reivindicação salarial. A luta hoje, afirmou, é pela socialização do conhecimento. O senador disse esperar que as centrais sindicais descubram a importância da educação para aprimoramento dos trabalhadores. Ele afirmou que é preciso exigir escolas tão boas quanto as dos filhos dos patrões, para evitar que o conhecimento continue sendo transmitido de forma hereditária.

Luiz Henrique homenageia Vanzolini e Saulo Ramos



Luiz Henrique (PMDB-SC) homenageou em Plenário o compositor e cientista Paulo Vanzolini (1924-2013) e o jurista Saulo Ramos (1929-2013), ambos mortos dia 28.

De Vanzolini, Luiz Henrique citou as composições mais conhecidas, como *Ronda*, *Na Boca da Noite* e *Volta por Cima*. Mas o senador também lembrou o trabalho de Vanzolini como cientista que articulou a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo. Ramos foi lembrado como grande defensor dos direitos humanos, principalmente nos tempos da ditadura.

Ana Amélia (PP-RS) fez um aparte para elogiar os dois homenageados.

Anibal parabeniza cidade acriana por prêmio em TV

Anibal Diniz (PT-AC) parabenizou os representantes da cidade acriana de Cruzeiro do Sul premiados no programa *Domingão do Faustão*, da TV Globo. Eles ganharam R\$ 100 mil, que serão doados à Pastoral da Criança do município, informou o senador.

— Cruzeiro do Sul tem 80 mil habitantes e 1.740 deles deram um show de talento, organização e ritmo em espetáculo que emocionou o país — disse.

Segundo Anibal, os acrianos ensaiaram no estádio Arena do Juruá.

No mesmo discurso, o senador demonstrou preocupação com a “interveniência que tem acontecido costumeiramente no Parlamento em relação às propostas aprovadas”. Ele citou o projeto que restringe o acesso de novos partidos ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV (PLC 14/2013).

Agripino critica atraso em obras de mobilidade urbana



Foram poucas as intervenções feitas em mobilidade urbana para a realização da Copa do Mundo em 2014, na opinião de José Agripino (DEM-RN). O senador disse que,

dos R\$ 7 bilhões previstos pelo governo federal para investimento no setor, foram liberados, até o momento, R\$ 300,2 milhões, menos de 5%.

— Obra de mobilidade urbana envolve desapropriação, licitação, construção, tempo. Vai ficar pronto? Lamentavelmente, não — afirmou.

Agripino disse que a Copa pode impulsionar o turismo, mas, para isso, as pessoas devem voltar a seus países com uma imagem positiva do Brasil.

Randolfe quer que o Senado apure atrocidades cometidas contra índios

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) quer que o Senado ouça o vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais - SP, Marcelo Zelic, sobre o Relatório Figueiredo, produzido há 45 anos e que contém a narrativa de atrocidades cometidas contra os índios durante a ditadura militar. Zelic foi um dos pesquisadores que descobriram o



documento há duas semanas no Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

A proposta de Randolfe, anunciada em pronunciamento no Plenário na segunda-feira, é que a audiência fique a cargo da Subcomissão da Verdade, ligada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Vital do Rêgo pede medidas urgentes contra avanço do crack

Vital do Rêgo (PMDB-PB), em pronunciamento no Plenário, na terça-feira, falou do avanço do crack no Brasil. Ele tratou o problema como tema de saúde e de segurança públicas e o classificou como uma tragédia que precisa ser combatida pelo poder público e pela sociedade.

Vital do Rêgo lamentou que o



programa do governo federal voltado para o controle do crack não tenha alcançado “os efeitos e os resultados necessários que a urgência requer”.

— O crack exige do poder público e da sociedade em geral uma abordagem distinta, diferenciada da que é dedicada às outras drogas — alertou.

DÊ VOZ ÀS SUAS IDEIAS

 PARTICIPE DO CONCURSO E SEJA UM JOVEM SENADOR



Se você é estudante do ensino médio de escola pública estadual ou do DF, veja como participar no site.

Escreva uma redação com o tema: “Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação.”

O vencedor do concurso de redação de cada Estado e do DF participará do Projeto Jovem Senador 2013, em Brasília.
 Saiba mais: www.senado.leg.br/jovemsenador
 Twitter: @jovemsenador | Facebook: Jovem Senador

